



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

646

CONTRATO Nº 004PE/2022-E

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS E A EMPRESA MIXALL COMERCIAL LTDA

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS, Estado da Bahia, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.287.990/0001-41, com sede na Praça João Thiago dos Santos s/n, Centro, Lauro de Freitas-BA, CEP 42.700-000, neste ato representado por sua Presidente Vereadora Rosaide Carvalho de Brito, doravante designada CONTRATANTE, e a empresa Mixall Comercial Ltda, CNPJ 39.689.810/0001-32, Rua do Calafate, nº 175, Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA, CEP 40.354-100, neste ato representada por Gabriel Santos Barbosa, RG 20.351.390-82 SSP-BA, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de FORNECIMENTO, celebrado por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Federal 123 de 14 de dezembro de 2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA de acordo com a proposta do contratado que para todos os efeitos integra este contrato como se transcrita fosse, consoante as condições estabelecidas no Processo Administrativo nº 067/2021, Edital de Licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 004PE/2022, detalhado na forma da planilha abaixo:

| Nº | Especificação | Unid | Quant | Vir.Unit. | Vir.Total |
|----|--|------|-------|-----------|-----------|
| 1 | LUVA TÉRMICA DE 45CM DE COMPRIMENTO, MODELO MÃO DE GATO, CONFECCIONADA EM TECIDO ESPECIAL ANTICHAMAS, TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE INDUSTRIAL, EXCLUSIVO PARA COZINHAS PROFISSIONAIS, FORRAÇÃO DESCARTÁVEL EM NÃO TECIDO DE FIBRA DE POLIÉSTER | UND | 10 | 51,00 | 510,00 |
| 2 | SACO DE LIXO PRETO REFORÇADO - PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES (RESÍDUOS GERAL OU MISTURADO OU CONTAMINADO NÃO PASSÍVEL DE SEPARAÇÃO) CLASSE I, ESPESSURA 06 MICRAS, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS NA COR PRETA, EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERA INFORMAR A MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO SACO, QUANTIDADE. O PRODUTO DEVERA ATENDER NORMAS ABNT NBR 9191. | PCT | 120 | 32,50 | 3.900,00 |
| 3 | SACO DE LIXO PRETO REFORÇADO - PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES (RESÍDUOS GERAL OU MISTURADO OU CONTAMINADO NÃO PASSÍVEL DE SEPARAÇÃO) CLASSE I, ESPESSURA 06 MICRAS, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, CAPACIDADE NOMINAL PARA 60 LITROS NA COR PRETA, EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERA INFORMAR A MARCA DO FABRICANTE E DIMENSÕES DO SACO. O PRODUTO DEVERA ATENDER NORMAS ABNT NBR 9191. | PCT | 120 | 19,58 | 2.349,60 |
| 4 | ÁLCOOL 70% (GEL ANTI-SÉPTICO P/ MÃOS) INPM. CERTIFICADO INMETRO E NORMA ABNT NBR E REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE - EMBALAGEM: FRASCO PLÁSTICO DE 500ML | UND | 500 | 5,60 | 2.800,00 |
| 5 | ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO PARA MÃOS 70% - GALÃO DE 5L | UND | 100 | 44,20 | 4.420,00 |
| 6 | PAPEL HIGIENICO BRANCO 100% CELULOSE ROLO C/ 300M X 10CM FARDO COM 08 ROLOS | FRD | 100 | 56,50 | 5.650,00 |
| 7 | ÁGUA SANITÁRIA. USO DOMÉSTICO, A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO / TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0 A 2,5 % P/P. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 LITRO. | UND | 700 | 2,18 | 1.526,00 |
| 8 | DESINFETANTE LÍQUIDO A BASE DE PINHO FLORAL PARA USO GERAL. AÇÃO BACTERICIDA E GERMICIDA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: PLÁSTICA DE 500 ML | UND | 2.200 | 1,81 | 3.982,00 |
| 9 | DETERGENTE EM PÓ EMBALAGEM 500G | UND | 30 | 3,89 | 116,70 |
| 10 | ESPONJA LÃ DE AÇO. CARBONO ABRASIVO PARA LIMPEZA EM GERAL, EMBALAGEM: PACOTE COM 8UNID. PESO LÍQUIDO NÃO INFERIOR A 50 GRAMAS | PCT | 15 | 1,96 | 29,40 |
| 11 | INSETICIDA MULTI USO AEROSOL. INGREDIENTES ATIVOS: D- ALETRINA 0,135%, D- TETRAMETRINA 0,10%, PARMETRINA 0,10% - INGREDIENTES INERTES PARA 100%. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM 300 ML, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. | UND | 20 | 11,54 | 230,80 |
| 12 | LIMPA ALUMÍNIO. PRODUTO INDICADO NA LIMPEZA DE ALUMÍNIO E INOX A BASE DE TENSO ATIVOS NÃO IONICOS, ABRASIVOS CORANTE E ÁGUA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. FRASCO 500ML. | UND | 12 | 4,76 | 57,12 |
| 13 | LIMPA FÁCIL DESENGORDURANTE. UTILIZADO NA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES ENGORDURADAS E EMPOEIRADAS, COMPOSTO DE ÁCIDO SULFÔNICO NEUTRALIZADOR POLIFOSFATO, AMIDO, AMINA, CORANTE, ESSENCIA. PRODUTO COM IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. FRASCO 500ML. | UND | 150 | 5,93 | 889,50 |
| 14 | LIMPA VIDROS. FRASCO 500ML | UND | 30 | 4,83 | 144,90 |
| 15 | SABÃO EM PASTA. EMBALAGEM COM 500GR COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. | UND | 15 | 6,65 | 99,75 |
| 16 | SABONETE LÍQUIDO PARA MÃOS COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA E DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT - COM IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM: BOMBONAS DE 5 LITROS. | PCT | 100 | 22,90 | 2.290,00 |
| 17 | APANHADOR DE LIXO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE POLIETILENO, O PRODUTO DEVERÁ TER ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO E A MARCA DO FABRICANTE. | UND | 12 | 10,00 | 120,00 |
| 18 | AVENTAL EM NAPA - 1,20 X 1,00M. COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS PARA REGULAR NAS COSTAS. O PRODUTO DEVERÁ CONTER ETIQUETA COM A IDENTIFICAÇÃO E MARCA DO FABRICANTE. | UND | 15 | 31,98 | 479,70 |
| 19 | BALDE (EM POLIETILENO) COM ESFREGÃO (MOP ÚMIDO REMOVÍVEL) CAPACIDADE 20 LITROS | UND | 12 | 112,54 | 1.350,48 |
| 20 | BALDE PLÁSTICO SEM TAMPAS COM ALÇA: EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE RESISTENTE A IMPACTO, CAP. 20 LITROS. | UND | 15 | 17,97 | 269,55 |
| 21 | BANDEJA INOX, RETANGULAR, 28X40CM | UND | 15 | 81,00 | 1.215,00 |
| 22 | BULE PARA CAFÉ EM ALUMÍNIO, LINHA INDUSTRIAL/RESTAURANTE CAPACIDADE MÍNIMA DE 7L | UND | 6 | 130,00 | 780,00 |



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

| | | | | | |
|-------------|---|-----|-----|--------|-----------|
| 23 | CANECÃO DE ALUMÍNIO ESCOVADO, COM CABO EM BAQUELITE PARA PROTEÇÃO AO CALOR. CAPACIDADE PARA ATÉ 1,4L | UND | 6 | 74,16 | 444,96 |
| 24 | CESTA PARA LIXO TELADO - EM POLIPROPILENO SEM TAMPA CAPACIDADE 10 LITROS. PRODUTO DEVE CONTER ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE E CAPACIDADE. | UND | 20 | 10,00 | 200,00 |
| 25 | COADOR DE CAFÉ EM FLANELA 100% ALGODÃO, TAMANHO G, COM CABO DE MADEIRA, TAMANHO: 25CM DE DIÂMETRO E 22CM DE PROFUNDIDADE | UND | 15 | 23,63 | 354,45 |
| 26 | COADOR DE CAFÉ EM FLANELA 100% ALGODÃO, TAMANHO M, CABO DE MADEIRA, TAMANHO: 15CM DE DIÂMETRO E 22CM DE PROFUNDIDADE | UND | 12 | 16,98 | 203,76 |
| 27 | COLETOR DE LIXO PLÁSTICO POLIPROPILENO 120 LTS C/RODA E PEDAL | UND | 5 | 510,00 | 2.550,00 |
| 28 | DISPENSER HIGIENIZADOR, EM MATERIAL PLÁSTICO ABS, COM CAPACIDADE DE 800ML, DO TIPO FIXAÇÃO EM PAREDE, NA COR BRANCA, PARA APLICAÇÃO EM MÃO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR FRONTAL PARA ALCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO | UND | 15 | 28,66 | 429,90 |
| 29 | DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO | UND | 15 | 28,66 | 429,90 |
| 30 | DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS | UND | 15 | 28,66 | 429,90 |
| 31 | ESCORREDOR PARA PRATOS PLÁSTICO | UND | 2 | 71,50 | 143,00 |
| 32 | ESCOVA PARA LAVAR GARRAFA COM CERDAS DE PLÁSTICO (TAMANHO: 37,5CM) | UND | 12 | 19,66 | 235,92 |
| 33 | ESCOVA PLÁSTICA P/ TOALETE COM CERDAS E SUPORTE: EM POLIETILENO E ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO E A MARCA DO FABRICANTE 35 CM | UND | 15 | 9,73 | 145,95 |
| 34 | ESPONJA SINTÉTICA DUPLA FACE ANTIBACTERIAS: UM LADO EM ESPUMA POLIURETANO E OUTRO EM FIBRA SINTÉTICA ABRASIVA DIMENSÕES 100X70X20MM, EMBALAGEM C/ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. | UND | 300 | 0,83 | 249,00 |
| 35 | FÓSFORO, PACOTE COM 10 CAIXAS, COM 40 PALITOS CADA CAIXA, DE 4CM CADA | PCT | 10 | 4,40 | 44,00 |
| 36 | RODO PLÁSTICO FEITO EM MATERIAL SINTÉTICO PIGMENTADO, COM BORRACHA DUPLA SINTÉTICA, COM CABO SISTEMA DE ROSCA REVESTIDO DE PLÁSTICO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 9,5X42,5X3,5CM. | UND | 12 | 12,91 | 154,92 |
| 37 | RODO PLÁSTICO SERRILHADO C/ BORRACHA DUPLA DE 30 CM | UND | 20 | 9,55 | 191,00 |
| 38 | VASSOURA CERDAS EM PIAÇAÇA. CABO E BASE EM MADEIRA SENDO A BASE RETANGULAR COM 22 FUROS COMP. MÍNIMO DE 1100MM. | UND | 25 | 9,20 | 230,00 |
| 39 | VASSOURA PELO SINTÉTICO 30CM C/CABO | UND | 12 | 12,75 | 153,00 |
| 40 | VASSOURINHA DE PIA EM PIAÇAÇA, PARA LIMPEZA, BASE REDONDA EM MADEIRA, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM. | UND | 10 | 5,88 | 58,80 |
| 41 | XICARA PARA CAFÉ COM PIRES, AMBOS EM PORCELANA BRANCA ESMALTADA, COM CAPACIDADE DE 50ML | UND | 30 | 10,75 | 322,50 |
| Valor Total | | | | | 40.181,46 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 2.1. O objeto do contrato será implementado por fornecimento parcelado.
- 2.2. O presente Instrumento vigorará pelo prazo de 26/04/2022 até o dia 31/12/2022.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO, CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E VINCULAÇÃO AO EDITAL

- 3.1. O valor deste Contrato, na forma apresentada na proposta da CONTRATADA, e devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 40.181,46 (quarenta mil cento e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos).
- 3.2. Os quantitativos e preços ajustados para o contrato compreendem a planilha apresentada pela empresa, que para todos os efeitos passa a integrar este contrato.
- 3.3. No valor ajustado estão incluídos todos os tributos, inclusive contribuições fiscais, e ainda outros de qualquer natureza necessários à execução deste contrato.
- 3.4. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade: 5001

Projeto/Atividade: 2001

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mensalmente, após apresentação e aprovação das atividades executadas. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de ateste das Notas Fiscais do serviço/aquisição pelo setor competente da Câmara Municipal de Lauro de Freitas, a quem competirá providenciar seu aceite ou não, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da respectiva Nota. As Notas Fiscais deverão ser apresentadas acompanhadas da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, sob pena de não terem seu ateste efetuado, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

4.2. Na hipótese de existência de erros na Nota Fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a contratada ter solucionado o problema.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

648

4.3. Poderá a Câmara Municipal de Lauro de Freitas deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

4.4. Caso a Câmara Municipal de Lauro de Freitas não promova, por sua culpa, o pagamento no prazo pactuado e em observância ao disposto na alínea "d" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, o valor a ser pago será corrigido monetariamente, adotando-se a seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$

Onde:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) 365$

TX = Percentual da Taxa Anual – 6% (seis por cento)

4.5. Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar cópia do respectivo termo de opção juntamente com a nota fiscal de fornecimento dos produtos de modo a que os tributos incidentes sobre a operação de venda dos mesmos sejam recolhidos naquela modalidade.

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Imediatamente após a assinatura do contrato ou da emissão das ordens de serviços ou de fornecimento, iniciar-se-á execução do objeto contratado nas condições e prazos pactuados.

5.1.1 Promover a entrega dos objetos do contrato de forma contínua, de modo a permitir o regular funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Lauro de Freitas, após sua solicitação, conforme a demanda, através do documento intitulado de "Solicitação de Fornecimento", via fax ou e-mail.

5.1.2 A entrega dos produtos será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, devendo ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do envio da "Solicitação de Fornecimento", devendo a entrega ser realizada no Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal, localizados no Prédio Anexo (Loteamento Varandas Tropicais - Rua Araponga nº 295, Quadra 3 - Lote 17 - CEP: 42.701-330 - Pitangueiras - Lauro de Freitas/BA) da Câmara Municipal de Lauro de Freitas, no município de Lauro de Freitas/BA, mediante conferência e atesto quantitativo com emissão de recibo.

5.2. Arcar com todos os ônus necessários à execução do objeto contratado, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

5.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto contratado, de acordo com as especificações constantes da proposta de preços e seus anexos.

5.4. Responder por todos os ônus referentes ao objeto do contrato, desde os salários do pessoal nele empregado, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o objeto do presente Contrato.

5.5. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes da execução do presente contrato.

5.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

5.7. Manter durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na forma do Art. 55, XIII da Lei 8666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas, conforme especificações constantes da CLÁUSULA QUARTA do contrato.

6.2. Atestar as Notas Fiscais da Contratada, observando em relatório próprio as considerações que achar conveniente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO E DIREITOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

7.1. Este contrato obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles cedê-lo, transferi-lo no todo ou em parte a terceiros, nem quaisquer direitos dele decorrentes.

7.2. É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se a CONTRATANTE de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, a CONTRATANTE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE DO PREÇO

8.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de doze meses da data de apresentação da proposta de preços ou do orçamento, exceto quando tratar-se de situações previstas na Lei.

8.2. Os reajustes, quando devidos, deverão ser calculados pelo IGPM – Índice Geral de Preços Médio, decorridos 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta de preços, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, e deverá retratar a variação efetiva do custo de produção da empresa contratada.

9. CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1. Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9.2. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Lauro de Freitas pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, nos moldes do art. 7º da Lei 10.520/2002.

9.2.1. As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Lauro de Freitas por até 90 (noventa) dias;

b) Falhar ou fraudar na entrega, e instalação dos equipamentos, ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Lauro de Freitas por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Lauro de Freitas por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

9.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no processo administrativo que tenha dado origem ao procedimento e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardadas os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

9.5. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

9.5.1. Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante.

9.5.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

9.5.3. Multa moratória de 0,5% (quatro décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% (quinze por cento);

9.5.4. Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

650

9.6 Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:

9.6.1 A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial do contrato, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida.

9.7 Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

a) a não entrega ou a não substituição dos itens rejeitados;

b) a recusa injustificada em assinar o Termo Contratual ou receber a nota de empenho;

9.8 Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

9.9 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao prestador;

9.10 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o prestador obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

9.11 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.12 Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

9.13 A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública.

9.14 Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pela Contratante, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% sobre o valor do empenho.

9.15 As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto nas leis nº 9.784/99 e nº 8.666/97.

9.16 Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar o serviço prestado, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

9.17. A Contratada ficará ainda sujeita às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, se evidenciada a prática dos ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

9.18 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

10.1 Os contratos poderão ser alterados nos casos previstos no artigo 65 da lei 8.666/93, com as devidas justificativas, sem prejuízo dos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 8.883, de 08/06/94.

II - por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes,



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

651

mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/94)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 7º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito pela Câmara Municipal de Lauro de Freitas nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

b) por acordo entre as partes, mediante autorização da Autoridade Competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Lauro de Freitas.

c) por via judicial, nos termos da legislação.

d) quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Art. 78 da Lei 8666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

IV - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1 Considerando as especificidades dos produtos o contrato em questão será fiscalizado por servidor especificamente designado, conforme detalhamento constante do item DO CONTROLE DA EXECUÇÃO do Termo de Referência, parte integrante do Processo Administrativo identificado na CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO do presente contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA

www.cmlf.ba.gov.br

Desde 1963 garantindo Cidadania.

652

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 Este contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.
- 13.2 Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.
- 13.3. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1. Fica eleito o foro de Lauro de Freitas para solucionar eventuais litígios decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Lauro de Freitas, 26 de abril de 2022


Rosaide Carvalho de Brito
Presidenta da Câmara Municipal de Lauro de Freitas
Contratante

Testemunha 1
Nome:
CPF:

MIXALL COMERCIAL
LTDA:39689810000
132

Assinado de forma digital
por MIXALL COMERCIAL
LTDA:39689810000132
Dados: 2022.04.26 15:44:11
-03'00'

Mixall Comercial Ltda
CNPJ 39.689.810/0001-32
Contratada

Testemunha 2
Nome:
CPF:

GABRIEL SANTOS
BARBOSA:07345
651517

Assinado de forma digital
por GABRIEL SANTOS
BARBOSA:07345651517
Dados: 2022.04.26
15:44:50 -03'00'